

A EMERGÊNCIA DE NOVOS MUNICÍPIOS E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO CORREDOR DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS NO SUDESTE DO PARÁ-NORTE DO BRASIL¹

João Marcio Palheta da Silva²

1 - Introdução

A análise que se pretende desenvolver neste ensaio aborda os aspectos da organização do espaço na região sul/sudeste do Pará a partir, principalmente, da década de 80.

As transformações ocorridas no sul/sudeste paraense, nas décadas de 80 e 90, manifestam-se, entre outras coisas no surgimento de novos núcleos urbanos e o aumento da pressão demográfica sobre seus territórios.

Na década de 80, a implantação da Estrada de Ferro Carajás-EFC na região e os projetos a ela associados provocaram alterações sensíveis na estrutura do espaço geográfico do sul/sudeste do Pará. Os investimentos locais da Companhia Vale do Rio Doce-CVRD atraíram um fluxo, já anteriormente significativo, de migrantes para a região. Novos povoados ou núcleos urbanos emergiram associados tanto às atividades mineradoras da CVRD, quanto às do garimpo de Serra Pelada e de beira de estradas.

Antes mesmo da instalação da CVRD na região, a introdução de novos atores sociais (empresários, fazendeiros individuais, etc.) já se fazia presente. Porém, a implantação da CVRD e de sua ferrovia provocou perturbações no velho padrão sócio-econômico existente, suscitando novos arranjos locais de poder. Estes motivaram, sem dúvida, o “espírito separatista” no sul/sudeste do Pará, que poderá resultar num possível recorte espacial, o Estado de Carajás, e o surgimento de novos municípios. Tal tendência pode ser ainda mais fortalecida com a implantação de novos projetos da CVRD e com a criação do fundo de Reserva para o Desenvolvimento das Regiões sob a Influência da CVRD-RDRI em 1995.

Esta análise volta-se mais precisamente para os municípios de Marabá, Parauapebas e Curionópolis, que estão sob a influência da EFC, correspondendo ao trecho mina-Marabá. É, entretanto, importante ressaltar que não é a CVRD a única responsável pelas transformações aí ocorridas.

A importância de se discutir o papel da CVRD na organização do sul/sudeste paraense e sua relação com as sucessivas emancipações municipais dá-se pelo fato de ser ainda pouco conhecida em termo da natureza e a intensidade de tais relações.

Dessa forma, tenta-se compreender o papel da CVRD como uma grande corporação, isto é, de ampla área de abrangência e ampla escala de operações, na gestão de seu território imediato, ligado à sua área de concessão na Serra de Carajás e da área sob sua influência, que abrange os municípios percorridos pela EFC.

¹Este trabalho acha-se apoiado em pesquisas de campo desenvolvidas nos períodos de julho e dezembro de 1995 e fevereiro de 1996, como parte de meu trabalho de Especialização em Planejamento de Áreas Amazônicas - defendido no PLADES/NAEA em 1996. É vinculado ao projeto de pesquisa “A História da CVRD na Amazônia Organização do Espaço e Impactos Ambientais nas Áreas Beneficiadas pela Estrada de Ferro Carajás no Pará e no Maranhão”, coordenado pela professora Maria Célia Nunes Coelho. Durante os trabalhos de campo, realizamos entrevistas com prefeitos, trabalhadores rurais, representantes de sindicatos, ONGs, CVRD, nos municípios de Marabá, Parauapebas e Curionópolis.

²Geógrafo Especialista em Planejamento de Áreas Amazônicas pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA/Universidade Federal do Pará/UFPA e Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento/PLADES/NAEA/UFPA.

2 - As Grandes Corporações

As grandes corporações, ou grupos econômicos, vêm tendo um papel significativo na organização do espaço geográfico que as abriga. São elas agentes de grande poder na definição do território e na organização espacial de uma determinada região. Suas marcadas diversidades derivam, em grande parte, de suas localizações e funções com significados distintos. Duas de suas características fundamentais são o crescimento horizontal e o vertical. Por *horizontalização* da produção, entende-se a diversificação na linha de um mesmo produto, e por *verticalização*, a diversificação de linhas ou a produção de mais de um produto final por parte da corporação ou grupo.

Por *grandes corporações ou grupos econômicos*, entendem-se as empresas que têm uma ampla escala de operações, a qual produz um espaço complexo de fluxos capital na forma de mercadorias e dinheiro, de acordo com as necessidades de suas atividades produtivas localizadas em diferentes espaços. Isto ocorre tanto nas empresas horizontalizadas, quanto nas verticalizadas. Elas controlam suas empresas associadas, através de um processo de diversificação que envolve novas empresas e novos produtos. Consideram-se, ainda, grandes empresas, grandes corporações ou grupos, aquelas que são compostas por um conjunto de empresas (controladas e coligadas) de administração centralizada numa empresa *holding* (COELHO, 1995).

As corporações ou grupos definem seus territórios, criando formas diferenciadas de autonomia. Confundidas localmente com o Estado, passam a ser vistas como um dos agentes responsáveis por transformações nas relações políticas, econômicas e sociais. Dessa forma, são capazes de produzir impactos maiores nos lugares onde as potencialidades apresentadas viabilizam mudanças que irão alterar suas posições nas relações de poder, nas escalas regionais e locais.

As corporações tem provocado polêmica relativa a não aplicação dos lucros onde as mesmas desenvolvem suas atividades, deixando de promover o *efeito multiplicador*, nas áreas consideradas potenciais. No entanto, elas ocasionara, muitas das vezes, à desestruturação dessas áreas. Daí decorre um leque de problemas ambientais e sociais causados durante e após a implantação dos seus empreendimentos. Além dos empreendimentos, de modo geral, não darem grandes retornos para a população local, a recuperação de áreas danificadas tem ficado a cargo do estado e dos municípios.

3 - Gestão do Território

A questão do território remete às ações e relações nele implementadas. No território, configuram-se formas estabelecidas dentro de uma dimensão política, social e econômica, envolvendo a atuação de atores sociais hegemônicos. O conteúdo de cada território depende de um conjunto de práticas que garantam a sua apropriação e reprodução.

O conceito de território implica, assim, o desenvolvimento de estratégias para gerir um determinado espaço. A participação de formas distintas dos agentes sociais envolvidos, diz respeito não só a integração desse espaço mas também à garantia de suas permanências nele. Tais agentes constituem-se os sujeitos das transformações e de controle do território.

As ações desenvolvidas no território caracterizam-no como um espaço apropriado e legitimado através das relações materializadas pelos atores que desenvolvem suas atividades no espaço geográfico. Dessa forma, o território é a porção

do espaço onde vão ser projetadas, dentre outras, as ações de poder, em sua forma política, econômica ou social.

A gestão do território não pode ser definida somente pelas relações de poder, monopolizadas por um determinado grupo ou grupos econômicos. Isto só seria possível, se as relações, que envolvem outros atores sociais, fossem completamente anuladas pelo poder desses grupos. Nesse contexto, determinadas relações, anteriormente existentes, viriam a enfraquecer ou mesmo desaparecer. A gestão territorial é formada pelo conjunto ou arranjo de forças que se manifestam dentro de um determinado espaço geográfico, expressando a vontade de diferentes atores sociais. Isto, por sua vez, não impede que haja conflitos entre os interesses existentes no território, e atores que exercem mais poderes do que os demais num dado contexto histórico.

A gestão do território torna-se algo em que todos os atores sociais negociam seus interesses diversificados de atuação no espaço. Porém, não são somente as relações de poder que marcam suas permanências no território. As diversas práticas, muitas vezes, dão um significado de “conflito” no conceito de gestão. Isto ocorre todas as vezes que existe mais de um interesse. Conseqüentemente, existirá de forma complementar ou conflituosa mais de uma gestão, seja ela gestão do estado, seja a gestão dos grupos econômicos e/ou de trabalhadores estabelecidos no território.

A gestão contém o conceito de democracia implícito em seu bojo. O acordo ou o “consentimento”, como nos fala Machado (1992), acaba sendo exercido por todos, embora seus comportamentos sejam diferenciados. Gestão é, portanto, um produto das práticas que ora caracterizam determinados espaços. Os territórios são espaços onde as ações desenvolvidas não se reduzem somente às práticas de poder e domínio.

O exame da gestão do território, tanto sob a ótica do Estado, como do capital estatal e privado é, sem dúvida, bastante significativa quando analisamos o sul/sudeste do estado do Pará. O território de Carajás é marcado pela superposição de domínios do Estado, da CVRD e de particulares. Dessa forma, o território de Carajás é marcado por conflitos que envolvem a luta por interesses distintos. Nesse espaço, a dinâmica sócio-econômica é definida pela atuação local de diferentes atores sociais aí envolvidos. A esta dinâmica, associam-se as mudanças nas relações de produção, nas relações de trabalho e na forma de apropriação do espaço geográfico. Estas mudanças vêm ocorrendo mesmo antes da instalação do PFC e projetos a ele associados, mas que foram intensificadas a partir deles.

Porém, existem dois tipos de gestão: (a) a gestão direta na Serra Norte de total controle da companhia e (b) a gestão indireta, ou seja, a do espaço vizinho a Carajás, em que a CVRD exerce seu controle de modo diferenciado.

4 - A CVRD e a Gestão Território

A CVRD tem exercido importante papel na estruturação do espaço geográfico do sul/sudeste do Pará, através de sua atuação da mina de Carajás e ao longo da Estrada de Ferro-Porto de Ponta da Madeira. Tende à criação de áreas com funções cada vez mais específicas de produção e de moradias, todas elas interligadas através da circulação de produtos e informações.

O território da CVRD, na Serra Norte, corresponde a cerca de 411.000 hectares (direito real de uso), constituindo um território dentro do território do estado do Pará, em que a companhia exerce seu controle. Trata-se, portanto, de um território diretamente controlado pela CVRD.

O território de Carajás, sob a gestão direta da CVRD, forma-se a partir das ações implementadas nesse espaço, pela companhia. A entrada e saída de pessoas só são feitas segundo autorização da companhia. O território é cercado e protegido pela segurança da própria companhia contra os possíveis “invasores”. Possui leis próprias. Assim, a companhia tenta manter um clima de “harmonia” no núcleo urbano de Serra Norte, com qualidade de vida ao nível das cidades de primeiro mundo, dotado de toda infra estrutura necessária aos seus habitantes. Trata-se de um território fechado, administrado pela companhia.

5 - A Organização do Espaço Vizinho a Carajás

A instalação da CVRD e de sua ferrovia, a implantação de projetos a ela associados e outras atividades econômicas contribuíram para aumentar o já elevado fluxo migratório para a região sul/sudeste do Pará. O município de Marabá, por exemplo, apesar dos desmembramentos que vêm ocorrendo em seu espaço geográfico, teve sua população acrescida de 12.553 para 53.000, no período de 1940 a 1980, ou seja em 40 anos, e nos últimos 16 anos (1980-1996) passou para 148.291 habitantes.

Tabela 01 - População dos Municípios da Primeira e Segunda Geração, Desmembrados de Marabá - 1994.

Município	Área/Km ²	População	Densidade demográfica
Marabá	15.157,9	148.291	9,7 hab./km ²
Curionópolis	2.289,1	22.067	9,6 hab./km ²
Parauapebas	10.238,7	56.917	5,5 hab./km ²
Eldorado de Carajás	2.974,5	21.405	7,1 hab./km ²
Água Azul do Norte*	7.658,7	7.723	0,1 hab./km ²
Canaã de Carajás*	4.515	7.564	0,6 hab./km ²

Fonte: FNS, IBGE*, 1994.

Essa elevada migração acelerou de forma contundente as transformações territoriais do sul/sudeste do Pará. Entre as alterações ocorridas, destacam-se, sem dúvida, os sucessivos desmembramentos territoriais, com a geração de novos municípios.

Ao redor da Serra de Carajás, por exemplo, surgiram núcleos urbanos dotados de condições infra estruturais (núcleos organizados pela CVRD) e núcleos desprovidos de infra estrutura (verdadeiras favelas) que abrigaram populações em busca de empregos. Estes núcleos e favelas deram origem à cidade de Parauapebas.

A CVRD influencia no desenvolvimento seletivo dos núcleos ao distribuir projetos e atividades que, por sua vez, vão contribuir para criar ou redefinir as funções dos núcleos ou cidades favorecidas. O controle direto de seu território, em Carajás e nas demais áreas onde se faz presente, não tem sido a única forma de gestão territorial exercida pela companhia. A companhia busca ainda formas combinadas de gestão com os governos estadual e local, evitando uma relação mais direta que venha comprometer, ou desviá-la de suas funções originais.

6 - A Criação de Novos Municípios no Corredor da EFC da CVRD no Estado do Pará nas Décadas de 80 e 90

Desde a primeira metade da década de 80, a região sul/sudeste do Pará vem sofrendo o que alguns políticos da região denominaram de “febre das emancipações”. O município de Marabá foi um dos principais atingidos pelas transformações ocorridas no território do sul/sudeste paraense. Nele, sucederam-se vários desmembramentos territoriais, pela atuação direta e indireta de diversos atores sociais, entre eles a CVRD, os políticos locais e estaduais, as empresas privadas, os sindicatos de trabalhadores e os sindicatos patronais.

Em 1982, tem início o povoado do km 03, hoje Eldorado de Carajás, também como ponto de apoio ao garimpo de Serra Pelada, dos habitantes das parcelas de terras distribuídas pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins-GETAT e dos fazendeiros vizinhos. Em 1984, a prefeitura de Marabá estimava sua população em torno de 5.000 habitantes.

Nessa mesma época, a CVRD começou a construir o núcleo residencial fora de seu território, no sopé da Serra de Carajás, e dela separado apenas pelo rio Parauapebas, que lhe deu o nome. A criação do núcleo de Parauapebas (parte da cidade hoje denominada Cidade Nova) tinha por objetivo inicial alojar a população que iria trabalhar no PFC. Projetada para abrigar cerca de 5.000 habitantes, Parauapebas serviria também para a instalação das firmas subcontratadas pela CVRD e das atividades de comércio. Para isso, foi preciso dotar Parauapebas de infra estrutura de um município, já que Marabá dista cerca de 200 km de Carajás.

Porém, como em todo beiradão de um grande projeto, em Parauapebas, instalou-se uma população em busca de empregos nas firmas e/ou de lotes nos CEDERES. Em 1983, surgiu, então, o povoado de Rio Verde, hoje considerado o bairro mais populoso da cidade de Parauapebas. Porém, Rio Verde ainda apresenta graves problemas de infra estrutura. Sua população acaba sendo, de uma forma ou de outra, marginalizada, entregue a todos os tipos de males. Um desses problemas é o alto índice de hanseníase, considerado, por muitos médicos da região, o maior de todo o estado do Pará.

A expansão urbana de Parauapebas contribuiu para seu futuro desmembramento territorial de Marabá. O crescimento constante da população do município, por sua vez, contribuiu para seus sucessivos desmembramentos.

A região sul/sudeste do Pará, em apenas 16 anos, teve o número de municípios aumentado de 28 para 36 dos hoje existentes. O antigo território de Marabá deu origem hoje a cinco novos municípios. Muitos deles, como Eldorado de Carajás, sem a menor condição econômica de sobrevivência. Contam apenas com as receitas oriunda de impostos, como os do Fundo de Participação dos Municípios-FPM e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias-ICMS. Isto explica uma constante busca pelos projetos e recursos da CVRD na região.

O “retalhamento territorial” expressa, sem dúvida, as transformações efetuadas no território da região sul/sudeste, principalmente, no trecho mina-Marabá, ou seja, nesta extensa área sob influência da CVRD no Pará. Atualmente, a este trecho, correspondem 12 municípios. Sendo que, desses 12 municípios Marabá, Curionópolis, Parauapebas e Eldorado de Carajás estão diretamente ligados as atividades da CVRD.

Em Parauapebas, encontra-se a mina de ferro de Carajás, uma das maiores do planeta, e, em Curionópolis, estão presentes minas de ferro e ouro (Garimpo de Serra Pelada). No auge de sua produção, o garimpo de Serra Pelada atingiu a marca de 48 toneladas de ouro, sendo considerada área estratégica, devido às riquezas minerais ali existentes.

A disputa pela prefeitura de Parauapebas sempre foi muita acirrada, em virtude de ser um município teoricamente rico, uma vez que recebe os *royalties* pagos pela CVRD, devido à sua exploração da mina de ferro no município de Parauapebas. A cidade de Parauapebas é atualmente dona de um orçamento de 23 milhões de reais (GAZETA MERCANTIL, 1995)

A década de 90 foi marcada por uma nova geração de municípios: novas fragmentações daqueles já desmembrados de Marabá na década anterior. Em Marabá, Parauapebas e Curionópolis (os dois últimos desmembrados de Marabá em 1988),

surgem novos rumores de que algumas áreas pleiteiam desmembrar-se de seus municípios.

Em 1991, Água Azul do Norte desmembrou-se de Parauapebas, tornando-se município. Em 1993, o antigo CEDERE II desmembrou-se de Parauapebas e será declarado município, com o nome de Canaã de Carajás, após as eleições de 1996. Em Canaã de Carajás, localiza-se uma jazida de níquel, que a CVRD possivelmente virá a explorar em futuro próximo. Trata-se, assim, da segunda geração de municípios desmembrados de Marabá.

Nesta primeira metade da década de 90, Curionópolis também passou por processos similares, que tinham anteriormente atingido seu município mãe, Marabá. Com o término do garimpo de Serra Pelada, muitos migrantes continuaram na região, engrossando a população dos povoados vizinhos, como foi o caso de Eldorado de Carajás, que acabou pleiteando sua emancipação e conseguindo transformar-se em município em 1991.

Com a retomada das discussões sobre uma possível mecanização do garimpo pela CVRD ou outras companhias, a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada-COOMIGASP tem como uma de suas estratégias a emancipação de Serra Pelada, criando o município de Serra Pelada. No entanto, segundo o prefeito de Curionópolis, Chamon Neto “isto não preocupa a prefeitura, pois não há nada de concreto nessas cogitações” (entrevista realizada em 1995).

A excessiva geração de novos desmembramentos de Marabá vem preocupando a elite local. Localidades como Brejo do Meio, por exemplo, onde se localiza a mineração do projeto Salobo, que deverá proporcionar os *royalties* da CVRD ao município, vem requerendo seu desmembramento de Marabá. Além de Brejo do Meio, Morada Nova, localizado também em Marabá, é outro candidato à emancipação³. Caso tais localidades venham a se transformar em municípios, Marabá perderia boa parte de sua população e, conseqüentemente, teria diminuída a sua cota no Fundo de Participação dos Municípios-FPM, além de perder as suas chances de obter os *royalties* da CVRD e do fundo de Reserva para o Desenvolvimento das Regiões sob a Influência da CVRD-RDRI.

Até o presente momento o único município que recebe *royalties* é Parauapebas, pelos projetos da CVRD em seu território. Marabá, de acordo com alguns políticos da região, não pode mais perder a oportunidade de melhorar sua receita fiscal, após perder a mina de Carajás e o garimpo de Serra Pelada. Para isso, precisa tanto do FPM como dos *royalties* para resolver os problemas do município.

7 - O Estado de Carajás: um novo recorte espacial?

As transformações ocorridas na região sul/sudeste do Pará, sem dúvida, foram significativas, na formação de novos poderes locais e, conseqüentemente, na reestruturação espacial, visualizada, entre outras coisas, na criação de novos municípios e na emergência de novos recortes espaciais, expressos na luta pela criação do estado de Carajás.

Os desmembramentos de municípios, o crescimento populacional e o aumento na arrecadação desses municípios no sul/sudeste do Pará, dentre outros, deram margem à formulação de um Projeto de Decreto Legislativo número 159-A de 1992, do

³Até o presente ano, 1996, a emancipação de ambas as localidades, acima citadas, tem sido negadas pelo poder público em primeira instância.

deputado Giovanni Queiroz, que *dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado de Carajás, nos termos do artigo 49, inciso XV, da Constituição Federal.*

Segundo a proposta de criação do futuro Estado de Carajás, este possuiria uma área de 281.636 km², ou seja, 22,56% do território paraense, que atualmente (1996) possui uma área de 1.248.042 km², e ficaria reduzido a 966.406 km², ou seja, 77,44% de sua extensão total.

Dentre as empresas, a CVRD tem sido a maior fonte de impostos e taxas ao estado do Pará. Para se ter uma idéia dos impostos recolhidos pela CVRD na sul/sudeste do Pará, apresenta-mos a seguinte tabela:

TABELA 02 - IMPOSTOS E TAXAS PAGAS DURANTE O ANO DE 1994

		US\$	
IMPOSTO/TAXAS	DESTINO	1994	MÉDIA MENSAL
ICMS	ESTADO 100%	36.987.000	3.082.000
ROYALTIES	MUNICÍPIO 64%	6.672.000	556.000
	ESTADO 23%		
	UNIÃO 13%		
IMPOSTO DE RENDA	UNIÃO 100%	3.101.000	258.000
INSS	UNIÃO 100%	2.648.000	879.000
FGTS	UNIÃO 100%	1.830.000	152.000
ISS	MUNICÍPIO 100%	2.648.000	612.000
IMPORTAÇÃO	UNIÃO 100%	175.000	15.000
TOTAL		58.763.000	4.896.000

Fonte: CVRD, 1995.

De acordo com o quadro acima (1994) apresentado, com impostos e taxas pagas pela CVRD, o estado consome 100% em Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS, o que corresponde a US\$ 36.987.000, além de ficar com 23% dos *royalties* pagos pela companhia, o que corresponde a US\$ 1.534.560, ou 64% do total. Ainda se o estado de Carajás for criado, esse dinheiro serviria junto com outros recursos para investimentos no sul/sudeste do Pará, já que alguns municípios da região estão sobrevivendo apenas do FPM, que é insuficiente para resolver os problemas apresentados por cada localidade existente em seus municípios. Do total 58.763.000, o município fica apenas com 12% e a União são reservados os outros 24%.

Apenas três municípios se destacam tanto no que diz respeito a arrecadação do FPM, como de ICMS, sendo dois desses municípios no corredor da EFC: Marabá e Parauapebas, que, juntos, somam em receitas 9.635.403,58 reais, e Tucuruí (fora do trecho da EFC) com 6.291.005,88 reais. A arrecadação desses municípios representa 33,87% da arrecadação total, que é de 47.028.881,22, de todos os municípios do sul/sudeste do Pará. Demonstra-se, assim, o peso político e econômico desses municípios no conjunto total do futuro estado de Carajás.

Por outro lado, municípios como Eldorado de Carajás, Abel figueiredo e Água Azul do Norte, Palestina do Pará, Pau D'Arco e Cumarú do Norte são os índices mais baixos em termos de arrecadação de ICMS e FPM na região sul/sudeste do Pará, ficando quase que na miséria absoluta, sem terem condições de resolverem os problemas de saúde, educação, moradia e, conseqüentemente, gerar seu próprio desenvolvimento enquanto municípios.

Dentre os municípios do sul/sudeste do Pará, destacam-se, sem dúvida, Marabá, Parauapebas e Curionópolis. Esses três municípios detêm, 108.308 eleitores, de um total de 507.225 eleitores, ou seja, 21,35% do eleitorado da região; eles detêm 287.367 habitantes, do total da população, que é de 1.286.199, ou seja, 22,34% da população. Em termos de km², o total do futuro estado de Carajás é de 281.636 km², sendo que

esses três municípios representam 23.083 km², ou seja, 8,19% da extensão territorial. Isso expressa em termos de população e eleitores a importância da região sul/sudeste no conjunto total do estado do Pará.

Comparando-se ao estado do Pará em termos territoriais, o estado de Carajás representa 22,56% do total, que é de 1.248.042 Km². A população do sul/sudeste do Pará representa 24,63% do total do estado, que é de 5.181.570 habitantes; em relação aos números de eleitores, representa 17%, comparado com o número do total do estado do Pará, que é de 2.914.659⁴. Apesar de ter um número significativo de população e eleitores, alguns municípios da região sul/sudeste do Pará não chegam a ter mais de 10 mil habitantes, como é o caso de Eldorado de Carajás, Canaã de Carajás, Floresta do Araguaia, Pau D'Árco, Abel Figueiredo, Brejo Grande do Araguaia, Nova Ipixuna e Palestina do Pará, todos criados a partir da Constituição de 1988. Apenas Marabá e Tucuruí possuem mais de 100 mil habitantes.

Uma das principais razões, sempre apontada, da luta pela criação do novo estado deve-se ao abandono histórico que a região vem sofrendo por parte dos governos do estado do Pará, apesar de deter um número expressivo da população e do número de eleitores do estado. Ainda segundo eles, este abandono é reforçado pela distância de Belém e pela omissão das autoridades da capital paraense, em relação aos problemas do sul/sudeste do Pará.

Em 1995, formou-se uma comissão para estudar a viabilidade de criação do Estado de Carajás pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará, a qual nomeou-se Comissão Especial de Estudos das Possibilidades Econômicas e Administrativas de Emancipação das Sub-Regiões Tapajós e Carajás. Essa comissão ficaria responsável, no caso da sub-região Carajás, de fornecer subsídios para que os parlamentares tivessem maiores condições de decidir ou não sobre a criação do Estado de Carajás.

A comissão da Assembléia Legislativa realizou audiências públicas nos municípios de Marabá, Parauapebas, Tucuruí, Redenção, Xinguara e Conceição do Araguaia, com o intuito de discutir com a sociedade local a viabilidade da criação do futuro Estado de Carajás.

Porém, o relatório final, favorável à criação do Estado de Carajás, foi rejeitado pela Assembléia Legislativa do Estado em 20 de março de 1996, por não apresentar subsídios suficientes para sua aprovação.

No entanto, outra alternativa, vem sendo apresentada no intuito de acalmar os ânimos dos separatistas do sul e sudeste do Pará, a possível criação de pólos administrativos, projeto do deputado Cipriano Sabino. Trata-se com isto da tentativa de resolver mais rapidamente os problemas de áreas mais distantes do centro administrativo, e o envolvimento participativo da sociedade local.

De acordo com esse projeto, as sedes desses pólos seriam Santarém, Soure, Castanhal, Bragança, Itaituba e **Marabá**, os quais teriam superintendentes nomeados pelo governador do Estado, indicados em lista tríplice pelos prefeitos dos municípios que comporiam essas regiões administrativas.

Ainda, segundo esse projeto, Marabá seria o polo administrativo dos municípios do sul e sudeste do Pará. Marabá teria assim a competência de exercer a orientação e coordenação dos órgãos e entidades estaduais, no que concerne à implantação de projetos em qualquer município sob a sua jurisdição. O governador do Estado seria o superintendente do Pólo Administrativo, os demais componentes seriam os deputados

⁴ Dados parciais do Tribunal Superior Eleitoral do estado do Pará no Diário Oficial do dia 13.04.96.

estaduais, um representante do governador e dois representantes de cada município pertencente ao polo.

8 - Considerações Finais

Passados dezesseis anos da instalação efetiva do Projeto Ferro Carajás, Marabá sofreu e continua sofrendo transformações em seu território. Entretanto, embora tenha perdido duas importantes áreas de garimpo e mineração, Marabá continua a ser o centro urbano de maior expressão no sul/sudeste paraense. Sua população cresceu, passando de 2.000, em 1913, para 148.291 habitantes em 1994, enquanto seu território reduziu de 73.868 Km² para 14.321 Km². Seus problemas sociais agravaram-se.

Com a decisão de destinação de uma pequena parte dos lucros da CVRD para beneficiar as áreas sob influência da Estrada de Ferro Carajás no Pará, as lutas políticas regionais para a criação de novos municípios e para ampliar a área sob influência de modo que incluía o maior número de municípios (já que não se limitaram aos municípios cortados por sua ferrovia) tendem a ficar mais acirrados.

A divulgação de novos projetos sob a coordenação da CVRD e seus parceiros, como a exploração do ouro em Serra Leste e o projeto Salobo, vem aumentando o clima de disputa por partes dos municípios situados no trecho mina-Marabá para sediarem esses tipos de projetos, e assim, elevar suas rendas, através dos *royalties* e impostos a ser gerados por esses projetos, além da participação no fundo de Reserva para o Desenvolvimento das Regiões sob a Influência da CVRD.

O projeto Salobo, envolvendo reservas de minérios estimadas em 1.1 bilhão de toneladas, e um investimento em aproximadamente US\$ 1.5 bilhão, no período de 4 anos, fez crescer as disputas para sediar a metalurgia do Salobo entre Marabá e Parauapebas. Assim, os dois municípios começam a brigar pelos possíveis benefícios que o projeto Salobo poderá trazer para suas áreas, aumentando suas receitas através da ampliação na arrecadação municipal (CVRD, 1995).

Independente do município em que será instalado a metalúrgica do projeto Salobo, este projeto irá gerar empregos e desenvolvimento para a região, aumentando, todavia, o fluxo migratório para as cidades. Teme-se, assim, uma nova onda de migração a provocar uma superpopulação. A infra estrutura desses locais é insuficiente, caso o projeto seja implantado, agravando ainda mais os já acentuados problemas sociais. Exemplos desse tipo não faltam na região.

A CVRD, na distribuição e localização de novos projetos, tem indiretamente contribuído com a febre de criação de novos municípios. São eles municípios que nascem contando com os *royalties* e impostos provenientes dos projetos da CVRD para suas viabilizações. O estado do Pará tenta freiar a criação de novos municípios, não só para evitar a geração sem qualquer viabilidade econômica, como também, postergar a criação do novo estado de Carajás.

A companhia, ao longo do tempo, desenvolveu estratégias locais de gestão territorial. Como gestora principal (mas não exclusiva), a CVRD tem que negociar cada vez mais com os demais gestores (federais, estaduais, municipais e locais) para garantir a legitimidade de suas ações e o sucesso de suas metas.

A disputa não é só para sediar a metalúrgica do cobre. Há, também, uma disputa entre municípios candidatos a serem a sede da capital do futuro estado de Carajás. Os principais candidatos são Marabá, Tucuruí e Parauapebas, Eldorado de Carajás, por estar no coração da região, luta também, embora timidamente, para sediar a capital. Esta seria sua grande chance de se tornar um município viável. Observa-se que cada um dos

3 primeiros municípios possui peso político muito superior em relação ao restante dos municípios da região sul/sudeste do Pará. Em seus territórios localizam-se grandes projetos, como a hidrelétrica em Tucuruí, o Projeto Ferro da CVRD em Parauapebas e Marabá. Esta última comporta-se tradicionalmente como uma cidade polo da região, e detém um grupo de políticos mais atuantes que pode influenciar na decisão a cerca da formação do estado de Carajás.

A questão da criação do estado de Carajás implica em repensar a forma como vêm sendo feitos os desmembramentos sucessivos e precoces dos municípios, acelerando, assim, a possibilidade de criação de um novo estado. Um exemplo bem significativo é dos municípios de Eldorado de Carajás e Curionópolis, que não reuniam condições necessárias à emancipação de seus municípios de origem e mesmo assim foram transformados em municípios, graças à vontade dos políticos que desconsideraram suas reais condições de viabilização econômica.

Os sucessivos desmembramentos territoriais, sem dúvida, tiveram, também raízes nas transformações desencadeadas anteriormente, na região (décadas de 60 e 70). Todavia, os projetos de mineração foram significativos para a aceleração das transformações no corredor da EFC no trecho mina-Marabá, e para alimentar a “febre de criação de novos municípios”.

Finalmente, com base no porte da Companhia Vale do Rio Doce e em sua presença física marcante através de sua mina na Serra de Carajás e de sua infra estrutura ferroviária, a Estrada de Ferro Carajás, concluímos que a CVRD vem exercendo influência, direta e indireta na estruturação e reestruturação sócio-espacial onde ela se faz presente. Todavia, a determinação da extensão e da natureza das influências que a companhia vem exercendo sobre a organização espacial na região são ainda muito pouco conhecidas, e requerem ainda estudos mais profundos.

9 - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA, A. W. B. de. Carajás: a Guerra dos Mapas. Belém: Falângola, 1994.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ. Comissão Especial de estudos das Possibilidades Econômicas e Administrativas de Emancipação das Sub-Regiões Tapajós e Carajás. Belém, outubro de 1995.
- COELHO, M. C. N. Socio-economic Impacts of the Carajas Railroad in Maranhão - Brazil. Syracuse (USA), Syracuse University, 1991 (Tese de doutoramento).
- _____. A CVRD e a (Re)Estruturação do espaço Geográfico na Área de Carajás. In: COELHO, M. C. N. & COTA, R. G. Orgs. Os Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás. Belém: NUMA/NAEA-UFPA, 1996.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Relatório Anual, 1995.
- _____. Relatório Anual, 1994.
- _____. Relatório Anual, 1993.
- _____. Relatório Anual, 1992.
- CÔRREA, R. L. Corporação e Organização Espacial: Um Estudo de Caso. Revista Brasileira de Geografia. v.53, n.3, p.33-66, jul./set. 1991.
- _____. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. Revista Brasileira de Geografia. v.54, n.3, p.115-121 jul./set. 1992.
- _____. A Grande Empresa e Organização Urbana. In: BECKER, B. Et. alii. Tecnologia e Gestão do Território. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. p.153-158.
- COTA, R. G. Carajás: A Invasão Desarmada. Petrópolis: Vozes, 1989.
- COMISSÃO BRANDÃO PRÓ-EMANCIPAÇÃO. O Estado de Carajás: Belém, 1995, p.30.
- GOVERNO Tenta Conter Explosão dos Municípios. Gazeta Mercantil. 17.12.95.
- GAZETA MERCATIL, 1995.
- MACHADO, L. O. Sociedade Urbana, Inovação Tecnológica e a Nova Geopolítica. Cad. Laget, n.5, Rio de Janeiro, p. 20-30.
- _____. A Geopolítica do Governo Local: redivisão político-administrativa e estratégias de desenvolvimento econômico local no sudeste do Pará. Rio de Janeiro. (Projeto de Pesquisa, 1992).
- _____. Geopolítica do Governo Local: Proposta de Abordagem aos Novos Territórios Urbanos da Amazônia. SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, Rio de Janeiro. Anais... Setembro de 1993. p. 13-17.
- OSSIAN, B. Criação de Municípios Reduz Repasse Federal. O Liberal: Belém, 01.10.95.
- PINTO, L. F. Amazônia a Fronteira do Caos. Belém: Falângola, 1982.
- PROJETO Carajás Dez Anos depois. O Estado do Maranhão: São Luís, 22.02.95. p.15.
- PROJETO Cobre Vai Ficar no Pará. O Liberal: Belém, 2º cad, 16.03.95. p.3.
- RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993. pp.143-158.
- SANTOS, M, SOUSA, M. A. de, SILVEIRA, M. L. Orgs. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.
- SILVA, M.A.R. da. A Mineração no Pará: elementos para uma estratégia de desenvolvimento regional. SEICOM/DIRAM. Belém, 1994.
- SILVA, J. M P. da. Corporação e a Organização do Espaço: o caso da CVRD no sudeste do Pará. Belém: depto. Geografia/UFPA, 1995 (Trabalho de Conclusão de Curso).
- _____. A CVRD e a Organização do Espaço Percorrida pela Estrada de Ferro Carajás no Sudeste do Pará. Belém: NAEA/UFPA/FIPAM. 1995 (Monografia de Especialização). 75 p.
- SEPARATISTA Travam Duelo pelo Poder. O Liberal: Belém, 13.06.95.
- SUL do Pará Discute Carajás. O Liberal: Belém, 2º cad, 09.08.95. p.3.
- TRINTA e Seis Municípios Já Avançam para Carajás. A Província do Pará: Belém, 2º cad, 04.08.95. p.1.
- TREZE Municípios Terão Plebiscito. O Liberal: Belém, 19.11.95.